

# ANÁLISE DA META AI SOB A ÓTICA ÉTICA, LEGAL E TECNOLÓGICA

## ODS(4, 8, 9, 16)

Camila Esmeris Santos Ribeiro (Universidade de Taubaté)  
Maria Renatha Nunes dos Santos (Universidade de Taubaté)  
Rian Elias Rodrigues Correa (Universidade de Taubaté)  
Rodrigo Augusto Machado (Universidade de Taubaté)  
Drauzio Antonio Rezende Junior (Universidade de Taubaté)

A Meta AI, divisão de Inteligência Artificial da empresa Meta Platforms, Inc. (antiga Facebook Inc.), tem se consolidado como um dos principais polos de desenvolvimento de modelos de IA de grande escala, como a família LLaMA (*Large Language Model Meta AI*), modelos de linguagem e multimodais de inteligência artificial (IA) de código aberto criada pela Meta AI, que podem processar e gerar texto, código, e outros tipos de conteúdo, utilizando os vastos volumes de dados provenientes de suas plataformas digitais para alimentar e treinar seus sistemas. A coleta de conteúdos públicos postados pelos usuários, incluindo fotos, legendas e interações, constitui parte essencial do processo de aprimoramento dos robôs de IA generativa, ainda que mensagens privadas não sejam utilizadas. Tal prática, no entanto, levanta debates éticos e jurídicos relevantes, sobretudo relacionados à privacidade, à transparência e à proteção de direitos fundamentais, que encontram respaldo em legislações como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Código de Defesa do Consumidor (CDC). O objetivo deste trabalho é analisar criticamente o papel da Meta AI e suas práticas de coleta e uso de dados à luz das normas legais e dos princípios éticos que regem a tecnologia. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa bibliográfica e documental, envolvendo artigos acadêmicos, relatórios técnicos, legislações pertinentes e publicações disponíveis em veículos de comunicação especializados, permitindo relacionar conceitos teóricos com práticas observadas na realidade. Os resultados da análise indicam que, embora a Meta AI promova avanços relevantes para a comunidade científica ao disponibilizar modelos de código aberto e estimular a inovação no campo da Inteligência Artificial, sua estratégia de coleta massiva de dados reforça preocupações quanto à concentração de poder informacional, ao risco de violação de direitos de consumidores e à necessidade de maior clareza sobre o uso das informações pessoais. As conclusões apontam que a evolução da Inteligência Artificial, para ser socialmente benéfica, deve estar vinculada a um arcabouço legal sólido e a práticas empresariais éticas e transparentes, equilibrando inovação tecnológica, responsabilidade social e respeito aos direitos individuais.

**Palavras-chave:** Inteligência Artificial, Meta AI, LGPD, Privacidade, Ética digital